

REQUERIMENTO Nº 255/16

Senhora Presidente,

Considerando o Decreto Municipal nº 5.533, de 22 de julho de 2015, publicado em 24 de setembro de 2015, dispondo sobre a instauração e nomeação de uma Comissão de Processo Administrativo Específico, visando verificar supostas irregularidades ocorridas na construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, bem como para constatar a veracidade do descumprimento de obrigações contratuais, apurando também responsabilidades e concluir sobre o cabimento de rescisão do contrato e/ou aplicação de sanções administrativas com base na legislação vigente;

Considerando que, atendendo solicitação do Dr. Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, o município de Adamantina deverá apresentar uma justificativa sobre as dificuldades financeiras para custear o funcionamento da nossa UPA, devendo ainda demonstrar a existência de uma unidade de saúde que presta o mesmo tipo de atendimento das Unidades de Pronto Atendimento, bem como apresentar uma proposta de utilização do prédio e dos equipamentos existentes, após uma discussão em nível municipal com a participação das seguintes autoridades: Prefeito Municipal; Secretária Municipal de Saúde; Câmara Municipal, Conselho Municipal de Saúde; Direção da Santa Casa, Direção do Pronto Socorro Municipal, UNIFAI etc.

Pelo exposto, REQUEIRO, regimentalmente à Mesa, com fundamento no inciso IX, do artigo 17, que oficie ao Dr. João Eduardo Barbosa Pacheco, Prefeito do Município de Adamantina, para que envie a esta Casa de Leis, no prazo do inciso XVI, do artigo 74, ambos da LOMA, as seguintes informações:

1) - A Comissão de Processo Administrativo Específico nomeada para apurar supostas irregularidades na construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, concluiu os trabalhos para o qual ela foi designada? Se positivo, o que constou do parecer final? Quais foram os encaminhamentos ou providências solicitadas pela Comissão? Se negativo, porque não houve a conclusão das atividades previstas no referido Decreto Municipal?

2) - Qual a proposta da Administração Municipal ante a solicitação do Ministro de Estado da Saúde? Quais providências já foram adotadas no sentido de se iniciar uma discussão com a participação dos diversos segmentos citados sobre o início das atividades da UPA em Adamantina ou uma mudança em sua finalidade básica inicial?

Plenário Vereador José Ikeda, 1º de agosto de 2016.

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS

Vereador